



Mei ou punu? O exercício da soberania alimentar entre os Xikrin do Cateté, da aldeia Dju-djekô

Mei or punu? The exercise of food sovereignty among the Xikrin of the Cateté, of the Dju-djekô village

DA COSTA, Richelly¹; SILVA, Luis Mauro²

¹ PPGAA/UFPA, limacostam@gmail.com; ² PPGAA/UFPA, lmsilva2012@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo temático: Campesinato e soberania alimentar.

Resumo: O presente estudo compõe parte do produto de conclusão em mestrado acadêmico, sendo construído junto ao povo indígena Xikrin do Cateté, da aldeia Dju-djekô, no município de Parauapebas, sudeste do Pará, no ano de 2019 e com ressonância na atualidade. Apresentando como objetivo geral o debate do exercício da soberania alimentar do povo Xikrin do Cateté, da aldeia Dju-djekô, em meio às atividades de mineração em seu território étnico e sua repercussão sobre seu modo de vida. Para tanto, o estudo foi realizado na Terra Indígena Xikrin do Cateté, utilizando estudo quanti-qualitativo durante os anos de 2017 e 2018. Como resultados, observou-se o comprometimento do exercício da soberania alimentar e implicações sobre o estado nutricional dos indígenas, isso frente a um território que reflete os impactos ambientais oriundos da exploração mineral.

Palavras-Chave: segurança alimentar; bem viver; povos indígenas.

Introdução

A caracterização dos povos indígenas dentro de um enquadramento de insegurança alimentar passa pela avaliação nutricional e caracterização do estado de saúde sobre a lógica da medicina ocidental. Entretanto, considerando a especificidade dessa população, vale pontuar outras questões que contornam a qualidade de vida, como a garantia do pleno exercício da soberania alimentar, especialmente no que se refere à garantia territorial, compreensão das dinâmicas culturais e reconhecimento dos saberes tradicionais.

Nesse sentido, emergem diálogos que apontam a necessidade de se discutir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos povos indígenas e a instabilidade territorial a partir do direcionamento traçado pelo conceito de Soberania Alimentar (SA).

Os debates sobre SAN estão intrinsecamente alinhados aos debates em torno da soberania alimentar dos povos indígenas, visto do perfil socioeconômico e ambiental do qual se reverte o território. As articulações entre as abordagens de SAN e SA com a agroecologia potencializam novas proposições de políticas públicas para as distintas territorialidades, demandando que as relações com os alimentos sejam fundadas nas culturas e saberes populares, sob a orientação de atos de solidariedade, justiça e sustentabilidade ambiental (PERES-CASSARINO, 2013).



A importância de se pensar a soberania alimentar, para além do acesso a alimentos ou proposta restrita da segurança alimentar, é que a mesma agrega a relação com a produção, hábitos alimentares, respeito às culturas e autonomia dos povos.

Acrescentam-se, ainda, aspectos vinculados com os princípios agroecológicos, especialmente nas estratégias de denunciar conflitos em territórios de povos tradicionais, como forma de dar mais visibilidade aos fenômenos atuais de mudanças em modos de vida dessas populações (BARROS e SILVA, 2013).

O povo Xikrin instigou essa pesquisa a partir de questões apresentadas ao Ministério Público Federal (MPF) pelos indígenas da etnia e pelo médico consultor do povo, denunciando a insegurança alimentar e nutricional comprometida pela atividade de exploração mineral no entorno da TI.

Metodologia

Para construção dessa pesquisa foi realizado estudo quanti-qualitativo, por abrir margem para explorar e tentar compreender o comportamento do grupo social, pois a partir do contato real com o campo o público fornece uma amplitude de respostas quanto aos problemas sociais enfrentados. Considerou-se oportuno observar a realidade da comunidade na prática alimentar, contornadas pela cultura ocidental e pela articulação do capitalismo sobreposto sobre sua lógica de vida.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com a comunidade, através de uso de roteiro semiestruturado. Esse roteiro questionava, dentre outras provocações, a visão dos indígenas sobre território, práticas alimentares, segurança alimentar e convivência com a atividade de mineração. Acrescentou-se ao estudo registros fotográficos, análise documental e bibliográfica e observação do contexto de vida da população.

Foram feitos quatro deslocamentos de cinco dias para a terra indígena, entre os anos de 2017 (agosto e dezembro) e 2018 (junho e outubro), período de verão amazônico. Na oportunidade, foi aplicado o roteiro semiestruturado, com o apoio de um interlocutor para suporte com as traduções, considerando que a população fala, majoritariamente, língua materna.

Resultados e Discussão

O povo em estudo vive na Terra Indígena (TI) Xikrin do Cateté, abrangendo aproximadamente 440 mil hectares; possui três aldeias (Cateté, Dju-djekô e O-odjã) banhadas pelos rios Cateté e Itacaiúnas, fazendo limites com as áreas de conservação das Florestas Nacionais do Itacaiúnas, Tapirapé Aquiri e de Carajás, onde são realizadas atividades de exploração mineral por conglomerado.



O primeiro contato com essa população ocorreu na primeira metade do século XX. Na ocasião, somavam aproximadamente 300 indígenas, que foram expostos às consequências do contato, apresentando decréscimo populacional de aproximadamente uma centena de indígenas (GORDON, 2006; VIDAL, 1977). Atualmente, o total da população gira em torno de 550 indivíduos.

A comunidade mantém seu sustento por meio de pequenas roças (mandioca, mamão, abacaxi e abóbora), comércio de Castanha-do-Pará e venda de artesanatos e artefatos culturais, além de políticas públicas de distribuição de renda e benefícios sociais (GORDON, 2006). Há, ainda, proventos oriundos da atuação de indígenas na escola e no posto de saúde indígena da comunidade.

Essa população vive, desde 1980, em sua circunvizinhança, com um conglomerado de mineração que atua nas áreas de preservação ambiental no contorno da TI. Como forma de mitigação dos impactos ambientais sofridos, a mineradora repassa recursos indenizatórios aos indígenas (SANTOS, 2009).

Como consequência da atividade de mineração, os indígenas relatam o comprometimento do Rio Cateté, poluídos por metais pesados, o que repercute sobre a reprodução das caças, escassez de peixes e inapropriação do uso do rio para as diversas atividades de lazer e consumo, como na produção de farinha, na etapa de “desintoxicação” da mandioca. Diante desse fato, as aquisições externas são necessárias para a garantia da segurança alimentar.

As preparações tradicionais recebem novos moldes. O *berarubu* (comida tradicional preparada com massa de mandioca e proteínas de caças) incorpora proteínas de frango de granja e de gado, presentes nas listas de compras da comunidade, devido ao minimizado quantitativo de caças. Em acréscimo, o peixe e a farinha também são comprados nos comércios locais. A situação expõe a intrínseca influência entre o território e a biodiversidade ofertada por ele, entretanto não retira o valor simbólico que a preparação representa.

Para os indígenas, o rio está *punu* (ruim), antes era *mei* (bom), quando não existia a intervenção das atividades capitalistas ao redor de seu território. Como consequência, a reinvenção foi necessária, bem como todos os percalços oriundos desta relação.

O consumo de alimentos processados e ultraprocessados são comuns na comunidade, entretanto os indígenas apresentam tabus em expor esse consumo. Doenças como diabetes e hipertensão já possuem relevância na comunidade, acometendo idosos e adultos. A medicina ocidental se movimenta na comunidade, verticalizando sua assistência e relativizando os saberes tradicionais, apesar de possuírem práticas cosmológicas de cura, protagonizadas em seu modo de vida.

Considerando que a soberania alimentar é uma condição de excelência para garantia da segurança alimentar e nutricional e que por isso apresenta como



propósito a garantia do direito humano à alimentação, segurança no acesso aos alimentos em quantidade e qualidade, e para tanto é necessário ter condições básicas como território, água, renda, entre outros, observa-se que, para o atual sistema capitalista, imposta ao povo Xikrin do Cateté, essas garantias são reinterpretadas (HOYOS e D'AGOSTINI, 2017).

Essa população, vítima dos impactos territoriais, ecoa sua resistência enfrentando o conhecimento ocidental, remodelando-se. Conseqüentemente, sofrem com os elementos dispostos pelos interesses do capitalismo, exercitando lutas diárias pela sobrevivência e segurança alimentar através de manutenção de suas roças tradicionais, produção de farinha utilizando novas formas de pubagem, com água não mais oriunda diretamente do rio e sim da rede de saneamento existente na aldeia, complementando com aquisição de alimentos industrializados feita em comércios locais, repercutindo problemáticas de saúde que impactam se modo de vida.

Conclusões

O povo Xikrin do Cateté, da aldeia Dju-djekô, apesar de ter um considerável tempo de contato, ainda realiza práticas culturais, herdadas dos antepassados, entretanto, não conseguem exercitar plenamente a soberania alimentar, já que necessitam de recursos financeiros para garantia da segurança alimentar do grupo, conseqüentemente, se reinventam diariamente tentando dialogar com os conhecimentos ocidentais a seus saberes e práticas, necessárias à sobrevivência.

A presença de grandes projetos no entorno do território indígena impõe dependência e retira autonomia dos mesmos por comprometer o equilíbrio ambiental e o acesso aos meios alimentares de forma plena, como em momento histórico anterior, além de ser um obstáculo no exercício dos costumes desse povo.

As condições na capacidade de produção de alimentos básicos, garantindo a diversidade cultural nos hábitos alimentares, bem como nos modos de produção, gestão pelo território e aos meios de produção em consonância ao respeito à biodiversidade, são primícias ao exercício da soberania alimentar. Esses pontos agem em contradição ao monopólio dos alimentos e do agronegócio no mundo, conseqüentemente, discutir o pleno exercício da soberania alimentar em determinados grupos nos move a denunciar que esse exercício ainda é muito latente.

Outrossim, destaca-se as contribuições desse enunciado às narrativas de sustentabilidade, assunto dissertado com certa ênfase nas temáticas desde o século XX. A exploração do grande capital na Amazônia, região com maior quantitativo de comunidades indígenas, opõem-se aos retratos de debates da sustentabilidade mundial e futuro do planeta a partir da ótica ambiental (ONU, 1999).



Agradecimentos

Nossos agradecimentos ao Povo Xikrin do Cateté, da aldeia Dju-djekô por aprovar e apoiar essa pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará por fomentar esse estudo.

Referências bibliográficas

BARROS, F. B. e SILVA, L. M. S. Aproximação sobre saberes amazônicos como sequência do Desenvolvimento Sustentável nos trópicos. In: **Agroecologia: princípios e reflexão conceituais**. Editores técnicos: João Carlos Costa Gomes, William Santos de Assis. Brasília, DF: Embrapa, 2013, p. 109-144.

GORDON, C. **Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Unesp, ISA e NUTI, 2006.

HOYOS, Claudia Janete, D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **REVISTA NERA**, Ano 20, Nº. 34, JANEIRO/ABRIL DE 2017, p. 174-198.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Comentário Geral No. 12: O direito Humano à Alimentação Adequada (art. 11)**. 1999.

PEREZ-CASSARINO, J. Agroecologia, mercados e sistemas agroalimentares: uma leitura a partir da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional. In: **Agroecologia: princípios e reflexão conceituais**. Editores técnicos: João Carlos Costa Gomes, William Santos de Assis. Brasília, DF: Embrapa, 2013, p. 181-229.

SANTOS, J. L. R. O sistema jurídico indígena e o direito estatal: o caso Xikrín *versus* mineradora Vale. In: ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade, 5., 2009, Belém. **Anais eletrônicos. Belém: Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós - Graduação, 2009**. Disponível em: <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/Vencontro/gt8/gt08p12.pdf>. Acesso em 29 jan. 2018.

VIDAL, L. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977.